

## **A Lei de Licitações e Contratos Administrativos – LLCA (Lei nº 14.133/2021) na prática para os RPPS**

Além de conteúdo expositivo, o curso contará com exercícios práticos de elaboração de instrumentos (documentos) exigidos pela LLCA, além de demonstração de casos reais de contratações.

**17/04 início as 14h00 e término as 18h00**

**18/04 início as 09h00 as 12h30 – 14h00 as 18h00**

**19/04 início as 09h00 as 12h30.**

1. Considerações gerais sobre a LLCA
  - 1.1. A natureza jurídica dos RPPS e a contratação pública
  - 1.2. As principais mudanças e a aplicação da LLCA
  - 1.3. A (des)necessidade de regulamentação LLCA (regulamento próprio ou utilização do Poder Executivo)
2. Governança na LLCA
  - 2.1. Os agentes públicos (agente de contratação, pregoeiro, comissões, autoridade)
  - 2.2. A segregação de funções e a realidade dos RPPS
3. Planejamento das contratações e a fase interna
  - 3.1. O Plano de Contratações Anual
  - 3.2.
  - 3.3. A definição das contratações (objetos) e a forma de sua realização
    - 3.3.1. A formulação e análise das demandas
    - 3.3.2. Fracionamento ilegal e as contratações de pequeno valor
    - 3.3.3. Estudo técnico preliminar
    - 3.3.4. Termo de referência
    - 3.3.5. A formação de preços
    - 3.3.6. Padronização, parcelamento, indicação e vedação de marca e apresentação de amostra
    - 3.3.7. A contratação de MEs e EPPs: obrigatoriedades e faculdades
4. A licitação para bens e serviços
  - 4.1. Fase interna
  - 4.2. Modalidades (pregão, concorrência)
  - 4.3. Critérios de julgamento
  - 4.4. Procedimento
5. Contratações diretas de bens e serviços
  - 5.1. Procedimento na contratação direta
  - 5.2. Habilitação e qualificação
  - 5.3. A dispensa de licitação
    - 5.3.1. Pelo baixo valor (art. 75, I e II)
    - 5.3.2. Profissionais técnicos (art. 75, XIII)
    - 5.3.3. Desenvolvimento institucional (art. 75, XVI)
    - 5.3.4. Emergência fabricada ou por desleixo (art. 75, §6º)
  - 5.4. Inexigibilidade
    - 5.4.1. Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

- 5.4.1.1. pareceres, perícias e avaliações em geral
  - 5.4.1.2. assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias
  - 5.4.1.3. patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas
  - 5.4.1.4. treinamento e aperfeiçoamento de pessoal
- 6. Instrumentos auxiliares
  - 6.1. Credenciamento
  - 6.2. Pré-qualificação
  - 6.3. Sistema de registro de preços
  - 6.4. Registro cadastral
- 7. Contratações específicas
  - 7.1. Contratação de instituições sem finalidades lucrativas
  - 7.2. Contratação de agente financeiro e assessoria/consultoria de investimentos
  - 7.3. Contratação de consultoria técnica atuarial
  - 7.4. Contratação de sistemas
- 8. Os contratos
  - 8.1. Formalidades essenciais
  - 8.2. Prazos de duração/vigência
  - 8.3. Alocação de riscos
  - 8.4. Reajustamento e repactuação
  - 8.5. Execução, gestão e fiscalização
  - 8.6. Pagamento (requisitos, cuidados, antecipação)
  - 8.7. Alterações contratuais
- 9. A publicidade das contratações e o PNCP